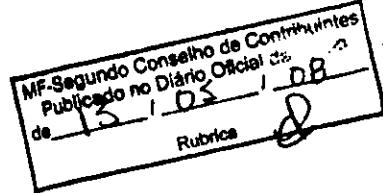




MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

Processo nº	13851.000306/2002-67
Recurso nº	134.787 Voluntário
Matéria	RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO DE PIS
Acórdão nº	202-18.668
Sessão de	13 de dezembro de 2007
Recorrente	FURLAN DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
Recorrida	DRJ em Ribeirão Preto - SP



Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Período de apuração: 01/07/1993 a 30/06/1994

Ementa: PIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO.

A data limite para repetir indébitos, em razão da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/1988 e 2.449/1988, foi 10/10/2000, quando transcorreu o prazo de cinco anos de publicação da Resolução nº 49/1995, do Senado Federal.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

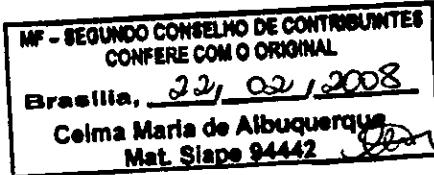
ACORDAM os Membros da SEGUNDA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Ivan Allegretti (Suplente) e Maria Teresa Martínez López quanto à decadência.

ANTONIO CARLOS ATULIM
Presidente

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 22/02/2008
Celma Maria de Albuquerque
Mat. Siape 94442

MARIA CRISTINA ROZA DA COSTA
Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Nadja Rodrigues Romero, Antonio Zomer e Antônio Lisboa Cardoso.



Relatório

Trata-se de recurso voluntário apresentado contra decisão proferida pela 3ª Turma de Julgamento da DRJ em Ribeirão Preto - SP.

Informa a decisão recorrida tratar-se de pedido de restituição de créditos da contribuição ao Programa de Integração Social – PIS que a contribuinte considerou indevidos, os quais teriam sido recolhidos no período de 01/10/1988 a 31/10/1995, cumulado com pedido de compensação de débitos vincendos.

Argüiu a interessada que houve pagamento a maior do PIS no período em comento, por determinação dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, ambos de 1988, considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal – STF.

A Delegacia da Receita Federal - DRF de sua jurisdição indeferiu a solicitação da contribuinte sob o fundamento ter fluido a decadência do direito de pleitear a restituição, haja vista ter decorrido mais de 5 (cinco) anos entre as datas dos pagamentos e a data da formalização do referido pedido.

Cientificada do despacho e inconformada com o indeferimento de seu pleito, a interessada o contestou, às fls. 97/136, em que requereu a reforma do despacho decisório proferida pela DRF, para que seja autorizada a restituição do PIS, alegando resumidamente, que se trata de prescrição e não de decadência.

Alegou também a semestralidade da base de cálculo e que compensação de indébitos fiscais com créditos tributários é um direito garantido pela Constituição Federal (CF), fundamentado nos princípios da cidadania, justiça, isonomia, propriedade e moralidade e, portanto, a denegação a esse direito afronta a Constituição.

Assim, requereu seja dado provimento a seu recurso, autorizando-a a efetuar a restituição/compensação dos pagamentos efetuados indevidamente ou a maior, a título de PIS, pois não se aplica o Ato Declaratório SRF nº 96, de 26 de novembro de 1999, por não ter força de lei (é inconstitucional).

Apreciando as razões de defesa, a Turma Julgadora proferiu decisão escorçada na ementa a seguir transcrita:

"Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Período de apuração: 01/10/1988 a 31/10/1995

Ementa: RESTITUIÇÃO.CONDIÇÃO.

A restituição de indébito fiscal relativo ao PIS está condicionada à comprovação da certeza e liquidez do respectivo indébito.

RESTITUIÇÃO.DECADÊNCIA.

O prazo para que o contribuinte possa pleitear a restituição de tributo ou contribuição pago a maior ou indevidamente extingue-se após o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da extinção do

C J

crédito tributário, mesmo quando se tratar de pagamento com base em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF.

PIS. PRAZO DE RECOLHIMENTO. ALTERAÇÕES.

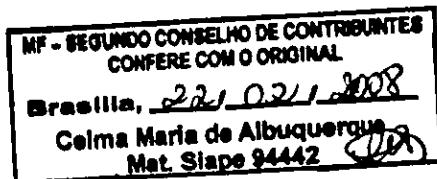
Normas legais supervenientes alteraram o prazo de recolhimento da contribuição para o PIS, previsto originalmente em seis meses.

Solicitação Indeferida".

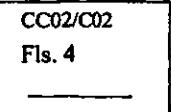
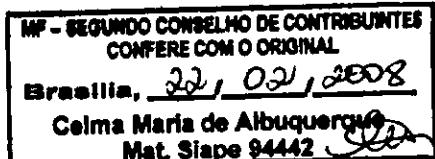
Cientificada da decisão em 19/04/2006, a empresa apresentou, em 12/05/2006, recurso voluntário a este Eg. Conselho de Contribuintes, com as mesmas razões de dissenso postas na manifestação de inconformidade.

É o Relatório.

(C)



(Signature)



Voto

Conselheira MARIA CRISTINA ROZA DA COSTA, Relatora

O recurso voluntário é tempestivo e preenche as demais condições legais para sua admissibilidade e conhecimento.

A recorrente apresenta extensa defesa revisitando toda legislação e jurisprudência relativa à matéria. Levando-se em conta que o julgador não necessita rebater ponto a ponto a defesa apresentada quando a fundamentação que apresenta decide a lide, adentro diretamente na questão litigada para dirimi-la.

Primeiramente esclareça-se que a tese pacificada no Judiciário não tem eco nos tribunais administrativos, onde não é acolhida a contagem decenal para recuperação de indébitos.

O pedido foi protocolado em 27/02/2002.

A recorrente defende a inocorrência da prescrição do direito de repetir os indébitos, nos termos dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Tenho convicção diversa. Porém outra é a tese prevalente no âmbito do julgamento administrativo, embora inexista uma corrente firmemente majoritária.

Tal matéria já foi, iteradas vezes, tratada pelos três Conselhos de Contribuintes e pacificada pela Câmara Superior de Recursos Fiscais – CSRF no sentido de que o prazo prescricional para o pedido de repetição de indébito, em caso de recolhimento efetuado a maior que o devido, em razão de declaração de inconstitucionalidade pelo STF de lei tributária que vigeu e produziu seus efeitos até a ocorrência da manifestação do Tribunal Maior, se proferida em sede de controle concentrado ou se em sede de controle difuso, com efeitos *erga omnes*, a partir da publicação de Resolução do Senado Federal, nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, é de cinco anos, contados da entrada no mundo jurídico de um dos referidos atos.

Tenho entendimento diverso. Entretanto, esta Câmara, por maioria, entende que o *dies a quo* da contagem do prazo prescricional do direito de repetir o indébito, no caso de norma declarada inconstitucional, é exatamente a data da publicação de tal ato do Poder Judiciário, ou, tratando-se de declaração incidental de inconstitucionalidade, a data da publicação da Resolução do Senado Federal.

Resguardando minha posição pessoal, por entender que a prescrição do direito de repetir indébito é de cinco anos, contados da data da realização do pagamento, quando o débito passou a ser tido como extinto, nos termos do art. 156 do CTN, adoto, por economia processual, a posição hoje majoritária nesta Câmara.

In casu, o Supremo Tribunal Federal declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, ambos de 1988. A Resolução nº 49, do Senado Federal, que suspendeu a execução deles, foi publicada em 10/10/1995.

2

1

Nestes autos o pedido de restituição foi protocolado em 27/02/2002, ou seja, em data muito posterior àquela limite para o repetição do indébito decorrente da declaração de inconstitucionalidade dos decretos-leis citados, de vez que o *dies ad quem* do prazo prescricional ocorreu em 10/10/2000.

Inegável a prescrição do direito repetitório com base na Resolução nº 49/1995, do Senado Federal, que conferiu efeito *erga omnes* à inconstitucionalidade declarada.

Com essas considerações, voto por negar provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2007.


MARIA CRISTINA ROZA DA COSTA

